

**Pregão Eletrônico nº 20260404 – SESA/COEXE**

**Processo nº 24001.003096/2024-00**

**UASG: 943001**

**Número Comprasnet: 90404/2026**

A **SECRETARIA DA SAÚDE (SESA)**, por intermédio do Pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica.

**1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA**

1.1. O critério de julgamento será o de **Menor Preço por GRUPO**, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe. A proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo.

1.2. O modo de disputa será o Aberto e Fechado

**2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA:**

2.1. O regime de execução indireta se dará por empreitada por preço unitário

**3. DA BASE LEGAL**

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008, Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014, Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023, Decreto Estadual nº 35.323 de 24 de fevereiro de 2023 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024, Lei Complementar Estadual nº 334/2024 e Decreto Estadual nº 36.407/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus Anexos.

**4. DO OBJETO**

4.1. O objeto da licitação é o Registro de Preço para futuras e eventuais prestações dos Serviços de Laboratório, nas condições estabelecidas neste edital e seus Anexos.

**5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO**

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos sítios [www.portalcompras.ce.gov.br](http://www.portalcompras.ce.gov.br) e <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pelo Pregoeiro Marcos Antônio Frota Ribeiro.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.

5.4. A equipe de apoio atende pelo telefone de nº (85)31259379 e pelo e-mail: [licitacao@pge.ce.gov.br](mailto:licitacao@pge.ce.gov.br).

**6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME**

**6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 12/06/2026.**

**6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 26/06/2026, às 9h.**

**6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 26/06/2026, às 9h.**

**6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48 h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

## **7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES**

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811-520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8 h às 12 h e das 14 h às 18 h.

## **8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. A indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme art. 103 do Decreto Estadual nº 35.067/2022 c/c §4º, art. 7º, do Decreto Estadual nº 35.323/2023.

## **9. DA PARTICIPAÇÃO**

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art.16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual – MEI, nos termos da Lei Complementar n 123/2006.

### **9.5. Não poderão disputar esta licitação:**

9.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus Anexos;

9.5.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.5.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

9.5.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

9.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.5.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.5.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.5.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.5.12. Consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, conforme caput art. 94 do Decreto nº 35.067/2022, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração, conforme § 1º do artigo supramencionado.

10.2.1. As decisões do Pregoeiro, sempre que necessário, se darão baseadas nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação ou, conforme o caso, pela Comissão Central de Avaliação de Impugnações e Recursos em Licitação, nos termos do § 1º do art. 24 e § 3º do art. 94 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame, em conformidade com o disposto no § 2º do mesmo artigo já citado.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [licitacao@pge.ce.gov.br](mailto:licitacao@pge.ce.gov.br), até as 23h59min, com a informação do nº do pregão, o órgão ou entidade promotor da licitação e Pregoeiro responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação, de acordo com o previsto no § 5º ainda do mesmo decreto citado.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## **11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 29.620.307,07( vinte e nove milhões seiscentos e vinte mil trezentos e sete reais e sete centavos) conforme os custos unitários apostos na tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

## **12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez por igual período, contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e art. 75 do Decreto nº 35.067/2022. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema utilizado na realização do certame, no prazo fixado na solicitação do pregoeiro.

12.3.1. Quando a diligência for requerida pelo órgão/entidade demandante, a documentação deverá ser encaminhada diretamente à área requisitante, por meio eletrônico indicado na solicitação, no prazo nela estabelecido.

12.3.2. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021 – TCU – Plenário.

12.3.3. Uma vez regularmente solicitada a diligência e não atendida no prazo e condições estabelecidos, não será admitida nova solicitação para o mesmo fim, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.4. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete ao pregoeiro nos mesmos termos estabelecido no item 12.3 acima, promover diligência para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

12.5.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e art. 69 do Decreto nº 35.067/2022;

12.5.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.5.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.5.4.

12.5.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.5.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.6. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.5.1 ao 12.5.6 acima, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste edital.

12.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

### **13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico do campo, valor unitário ou desconto;

13.1.1. Os preços globais deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou

condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

#### **14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

14.8. O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, conforme disposto no § 3º do art. 37 do Decreto nº 35.067/2022.

14.9. Os licitantes somente poderão oferecer lances de *valor unitário inferior* ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.10. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**, utilizando como referência o valor unitário do item.

14.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu *valor final mínimo* quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

14.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

14.11.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o *valor final mínimo*, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

14.12. O *valor final mínimo* parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado *valor superior* a lance já registrado por ele mesmo no sistema.

14.13. O *valor final mínimo* parametrizado na forma do subitem 14.11, possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o Pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14.14. Será adotado o modo de disputa **“aberto e fechado”** no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com *preços até 10% (dez por cento)* àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 14.14.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 14.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.14.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.14.3.
- 14.14.5. Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 14.14.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 35.067/2022.
- 14.15. Não serão aceitos dois ou mais lances *de mesmo valor*, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 14.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do *valor do menor lance* registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao Pregoeiro nem aos demais participantes.
- 14.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.
- 14.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 14.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o *valor* de sua proposta.
- 14.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 14.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 14.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 14.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 14.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 14.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 14.22. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 14.22.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.22.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

14.22.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.22.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.23. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.23.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.23.2. Empresas brasileiras;

14.23.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.23.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.24. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, pelo sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024-Plenário.

14.24.1. Na impossibilidade do sorteio pelo sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

14.25.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer *acima do preço máximo* definido pela Administração.

14.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.26. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.27. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez por igual período na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado.

14.28. O prazo de validade da proposta readequada não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

## **15. DA FASE DE JULGAMENTO**

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº

14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.5 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II – Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.1.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

15.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

15.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.5. As decisões do Pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste edital.

15.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.27 deste edital.

15.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

15.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

15.11. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

15.11.1. Contiver vícios insanáveis;

15.11.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

15.11.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem *acima do preço máximo* ao definido para a contratação. No caso de agrupamento de itens, a proposta final para o grupo não poderá conter item com *valor superior* ao estimado pela Administração.

15.11.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.11.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus Anexos, desde que insanável;

15.12. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.13. A inexequibilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica, conforme o caso, do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:

I – que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II – inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

## **16. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

16.1. Os documentos previstos no subitem 12 do Anexo I – Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de *sítios* oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo Pregoeiro.

16.9. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

## **17. DOS RECURSOS**

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis em momento único, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação, conforme disposto no § 1º do art. 95 do Decreto nº 35.067/2022.

17.3. Quando a decisão do Pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, conforme disposto no caput do art. 95 do Decreto nº 35.067/2022.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, conforme §2º do mesmo art. 95 citado acima, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um *link* no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao Pregoeiro e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

## **18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.5. A multa será recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

18.6. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de **0,5% (cinco décimos por cento)** do valor do contrato licitado.

18.7. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de **15% (quinze por cento)** do valor do contrato licitado.

18.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

18.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.12.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.13. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

## **19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

## **20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

20.1. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

20.2. Para efeito de homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as condições previstas no art. 11 do Decreto nº 35.323/2023, inclusive em relação a formação do cadastro reserva e demais licitantes classificados na licitação.

20.3. Após a homologação do resultado da licitação, os *preços* ofertados pelos licitantes vencedores dos itens, serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o Anexo III deste edital, pelo *valor unitário* do item.

20.4. Os licitantes classificados em primeiro lugar terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, para comparecerem perante o gestor a fim de assinarem a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, e sem prejuízo das sanções previstas no edital, podendo o prazo de comparecimento ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela administração.

20.5. A Ata de Registro de Preços poderá ser assinada por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP – Brasil.

20.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva e dos demais classificados da licitação será julgada pelo Pregoeiro, conforme §3º do art. 11 do Decreto nº 35.323/2023.

20.7. A **Secretaria da Saúde** será o órgão gestor da Ata de Registro de Preços de que trata este edital.

20.8. A Ata de Registro de Preços, elaborada conforme Anexo III, será assinada pelo titular da **Secretaria da Saúde** órgão gestor do Registro de Preços ou, por delegação, por seu substituto legal, e pelos representantes de cada um dos licitantes legalmente credenciados e identificados.

20.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços, conforme art. 15 do Decreto Estadual nº 35.323/2023, alterado pelo art. 2º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições, quantidades e valores.

20.10. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão divulgados no Portal de Compras do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e ficarão disponibilizados, por, no mínimo, a vigência da ata de registro de preços.

20.11. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de licitação específica, desde que devidamente motivada, sendo assegurado ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

20.12. O participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), quando necessitar, efetuará serviços junto aos detentores de preços registrados, de acordo com os quantitativos e especificações previstos, durante a vigência da Ata.

20.13. Os detentores de preços registrados ficarão obrigados a fornecer o objeto licitado aos órgãos e entidades participantes do SRP (Sistema de Registro de Preços), nos prazos, quantidades e demais condições definidas no Anexo I – Termo de Referência deste edital.

20.14. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por órgão ou entidade de outros entes federativos, como órgãos e entidades interessados, mediante consulta prévia ao órgão gestor do registro de preços, conforme disciplina o art. 20 do Decreto nº 35.323/2023.

20.15. Os órgãos e entidades interessados, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gestor do Registro de Preços, o qual indicará o prestador de serviço e o preço a ser praticado.

20.15.1. As contratações decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços de que trata este subitem não poderão exceder, por órgão e entidades interessados, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório, registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

20.15.2. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços a que se refere o subitem anterior, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos e entidades interessados que aderirem.

20.15.3. Os órgãos e entidades interessados deverão efetivar a contratação em até 90 (noventa) dias, contados a partir da autorização do órgão gestor do registro de preços, observado o prazo de vigência da ata.

20.15.4. A comunicação ao gestor do registro de preços acerca do cumprimento do prazo previsto no subitem 20.15.3, será providenciada pelo órgão e entidades interessadas até o quinto dia útil após a contratação.

20.15.5. O órgão gestor do registro de preços não autorizará a adesão à ata de registro de preços para contratação separada de itens de objeto adjudicado por preço global para os quais o detentor do registro não tenha apresentado o menor preço.

20.16. Caberá ao órgão gestor do Registro de Preços, para utilização da Ata por órgãos e entidades interessados da Administração Pública, proceder a indicação do licitante detentor do preço registrado, obedecida à ordem de classificação.

20.17. O detentor de preços registrados que descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, terá o seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos incisos I a IX do art. 25 do Decreto nº 35.323/2023.

20.18. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, observado o constante no art. 23 do Decreto nº 35.323/2023.

20.19. O Órgão Gestor convocará o detentor do preço registrado para negociar o preço e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado.

20.19.1. Não havendo êxito nas negociações, o gestor da Ata poderá convocar os demais licitantes classificados, podendo negociar os preços de mercado, ou cancelar o item, ou ainda revogar a Ata de Registro de Preços.

20.20. Serão considerados preços de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Administração para os itens registrados.

20.21. As alterações registradas, oriundas de revisão dos preços ou da marca ou modelo do item registrado, serão publicadas no Diário Oficial do Estado e na página oficial do Governo do Estado na internet.

20.22. As demais condições contratuais se encontram estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência e IV – Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste Edital.

20.23. As quantidades previstas no Anexo I – Termo de Referência deste edital, são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração, através do órgão e entidade participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

## **21. DA CONTRATAÇÃO**

21.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

21.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

21.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará conforme inciso I do art. 25 do Decreto nº 35.322/2023 e, quando for o caso, o comprovante do recolhimento da garantia de execução, conforme estabelecido no item 6.2, do Termo de Referência.

21.3. Na hipótese de sociedades Empresárias Estrangeiras, estas deverão apresentar, conforme o caso, o registro perante a entidade profissional competente no Brasil, no momento da contratação, conforme §7º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

21.4. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.

21.5. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo Pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

21.6. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas, conforme o caso, nos Anexos I e IV – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

#### **21.7. Da Subcontratação**

21.7.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual nos termos estabelecidos no subitem 6.1 do Termo de Referência.

#### **21.8. Da Garantia contratual**

21.8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

### **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluí-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente do contratante.

22.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pelo Pregoeiro mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

22.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

22.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.7. É facultada ao pregoeiro ou a entidade demandante, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, observado o disposto no item 12.3 deste edital.

22.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital ou o não atendimento às diligências realizadas pelo pregoeiro ou pela entidade contratante, ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

22.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

22.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

22.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

22.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO IV – Minuta do Termo de Contrato

Fortaleza/CE, 14 de maio de 2026.

**Iluska de Alencar Salgado Barbosa**  
ORDENADOR DE DESPESAS

**ANALISADO E APROVADO O PROCESSO DA  
CONTRATAÇÃO PELA ASSESSORIA JURÍDICA**

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 24001.003096/2024-00

UNIDADE REQUISITANTE:

### 1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preço para futuros e eventuais Serviços de Laboratório, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO* sob regime de execução indireta *EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO*.

### 2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

GRUPO 01						
ITEM	CÓD.SRP	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	888900	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ACETILCOLINESTERASE #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.01.030-9	UNID	109	R\$ 29,4200	R\$ 3.206,78
2	888910	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ÁCIDOS BILIARES DOSAGEM SÉRICA	UNID	75	R\$ 108,6175	R\$ 8.146,31
3	890369	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ÁCIDO CÍTRICO – CITRATO NA URINA-CITRATÚRIA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.05.008-4	UNID	1.510	R\$ 21,2500	R\$ 32.087,50
4	890389	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ACIDO DELTA AMINOLEVULINICO #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.07.001-8	UNID	154	R\$ 23,3520	R\$ 3.596,21
5	890399	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ÁCIDO 5-HIDROXI INDOLACÉTICO – 5 HIAA (URINA 24 H) #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.06.007-1	UNID	64	R\$ 137,3333	R\$ 8.789,33
6	890403	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ACIDO HOMOVANILICO	UNID	130	R\$ 160,6667	R\$ 20.886,67
7	890413	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ÁCIDO METIL-MALÔNICO	UNID	240	R\$ 185,0000	R\$ 44.400,00
8	890423	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ÁCIDO OXÁLICO –OXALATO NA URINA-OXALÚRIA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.05.010-6	UNID	812	R\$ 41,1975	R\$ 33.452,37
9	890443	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ÁCIDO VANIL MANDÉLICO-VMA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.07.003-4	UNID	217	R\$ 22,1275	R\$ 4.801,67
10	890453	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ACILCARNITINAS URINÁRIAS	UNID	317	R\$ 759,7217	R\$ 240.831,78
11	890463	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ÁCIDOS GRAXOS CADEIA MUITO LONGAS	UNID	65	R\$ 783,1533	R\$ 50.904,96



12	890473	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ADAMTS13 (ATIVIDADE DA METALOPROTEASE DO FVW)	UNID	41	R\$ 1.222,5000	R\$ 50.122,50
13	1981474	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ADH – HORMÔNIO ANTIDIURÉTICO (SANGUE TOTAL)	UNID	70	R\$ 163,2075	R\$ 11.424,53
14	890493	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ADENOVÍRUS FEZES	UNID	170	R\$ 66,2500	R\$ 11.262,50
15	890508	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ALDOLASE #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.01.014-7	UNID	195	R\$ 13,7150	R\$ 2.674,43
16	890518	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ALDOSTERONA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.06.009-8	UNID	716	R\$ 31,1620	R\$ 22.311,99
17	890528	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ALFA 2 MACROGLOBULINA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.01.017-1	UNID	136	R\$ 49,2860	R\$ 6.702,90
18	890538	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ALFA 1 TRIPSINA NO SORO #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.01.015-5	UNID	434	R\$ 18,7958	R\$ 8.157,38
19	890548	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ALUMÍNIO DOSAGEM SÉRICA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.07.008-5	UNID	454	R\$ 24,0189	R\$ 10.904,58
20	1980197	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO AMILOIDE A (PESQUISA DE PROTEÍNA AMILÓIDE)(SORO)	UNID	58	R\$ 174,6700	R\$ 10.130,86
21	890588	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO AMINOÁCIDOS DOSAGEM NO SORO (HPLC) #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.10.015-4	UNID	94	R\$ 163,1000	R\$ 15.331,40
22	890598	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO AMINOACIDURIA – AMINOACIDOS NA URINA (CROMATOGRAFIA) #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.05.016-5	UNID	70	R\$ 172,0750	R\$ 12.045,25
23	1981484	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO AMÔNIA PLASMÁTICA PELO MÉTODO ENZIMÁTICO #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.01.019-8	UNID	97	R\$ 53,3333	R\$ 5.173,33
24	1981494	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO AMP-CÍCLICO (URINA) #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.06.010-1	UNID	35	R\$ 180,2500	R\$ 6.308,75
25	890622	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANDROSTENEDIONA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.06.011-0	UNID	1.821	R\$ 23,9580	R\$ 43.627,52
26	1978226	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO APOLIPOPROTEÍNA A-1 (SORO)	UNID	65	R\$ 20,4040	R\$ 1.326,26
27	1978236	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO APOLIPOPROTEÍNA B (SORO)	UNID	65	R\$ 22,4960	R\$ 1.462,24
28	890642	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ARILSULFATASE A SANGUE	UNID	39	R\$ 1.482,1267	R\$ 57.802,94



29	890682	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ATIVIDADE DA RENINA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.06.031-4	UNID	852	R\$ 61,3460	R\$ 52.266,79
30	1981509	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PAINEL GENÉTICO DO EIXO IL-12 / INTERFERON GAMA	UNID	55	R\$ 343,5820	R\$ 18.897,01
31	1981519	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO B2 – MICROGLOBULINA (SORO) #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.011-3	UNID	230	R\$ 41,8800	R\$ 9.632,40
32	1980200	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO BETA GALACTOSIDASE (BGaL)	UNID	47	R\$ 1.152,3600	R\$ 54.160,92
33	1980210	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE QUANTITATIVA DA BIOTINIDASE (ATIVIDADE DA BIOTINIDASE) #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.11.011-7	UNID	52	R\$ 401,5000	R\$ 20.878,00
34	1978246	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO BRUCELOSE – SOROLÓGICO PARA IgM (por enzimaímunoensaio)	UNID	67	R\$ 94,4933	R\$ 6.331,05
35	1978256	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO BRUCELOSE – SOROLÓGICO PARA IgG (por enzimaímunoensaio)	UNID	67	R\$ 93,1367	R\$ 6.240,16
36	890870	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CALCITRIOL – 1,25 DIHIDROXIVITAMINA D3 – (SORO) #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.01.076-7	UNID	330	R\$ 82,5575	R\$ 27.243,98
37	1981623	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CALCITONINA (SORO) #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.06.012-8	UNID	126	R\$ 40,8600	R\$ 5.148,36
38	890906	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CARBOIDRATOS – CROMATOGRAFIA NA URINA	UNID	41	R\$ 256,6667	R\$ 10.523,33
39	890936	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CARIÓTIPO COM BANDAS DE VILO CORIAL #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.10.002-2	UNID	324	R\$ 986,0000	R\$ 319.464,00
40	890946	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CATECOLAMINAS URINÁRIAS	UNID	420	R\$ 143,4867	R\$ 60.264,41
41	890976	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CATECOLAMINAS PLASMÁTICAS (EPINEFRINA, NOREPINEFRINA. E DOPAMINA) #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.01.024-4	UNID	267	R\$ 90,1533	R\$ 24.070,93
42	893046	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CHUMBO DOSAGEM NO SANGUE #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.07.017-4	UNID	137	R\$ 18,7160	R\$ 2.564,09
43	893056	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CHUMBO DOSAGEM NA URINA	UNID	56	R\$ 21,0300	R\$ 1.177,68
44	1981633	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO COBRE NO SORO OU PLASMA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.07.019-0	UNID	252	R\$ 15,6267	R\$ 3.937,93
45	893100	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO COBRE URINÁRIO	UNID	605	R\$ 22,6350	R\$ 13.694,18



46	893120	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CLONAZEPAM, DOSAGEM SÉRICA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.07.013-1	UNID	211	R\$ 212,2500	R\$ 44.784,75
47	893130	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CLORETO DE BIPERIDENO DOSAGEM	UNID	41	R\$ 1.030,4000	R\$ 42.246,40
48	1978266	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – DIAGNÓSTICO MOLECULAR PARA CLOSTRIDIUM DIFFICILE	UNID	177	R\$ 156,8975	R\$ 27.770,86
49	1981529	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CLOSTRIDIUM DIFFICILE TOXINAS A e B EM FEZES POR QUIMIOLUMINESCÊNCIA	UNID	227	R\$ 109,7120	R\$ 24.904,62
50	893160	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO COLINESTERASE PLASMÁTICA OU PSEUDOCOLINESTERASE #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.01.030-9	UNID	144	R\$ 12,6233	R\$ 1.817,76
51	1981539	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO COMPLEMENTO C1S – ESTERASE INIBIDOR (SORO) #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.019-9	UNID	74	R\$ 40,4133	R\$ 2.990,58
52	1981549	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO COMPLEMENTO C1Q ( SORO) #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.119-5	UNID	74	R\$ 143,7767	R\$ 10.639,48
53	1981559	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO COMPLEMENTO C2 ( SORO)	UNID	76	R\$ 134,1100	R\$ 10.192,36
54	1981569	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO COMPLEMENTO CH50 (SORO) #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.006-7	UNID	232	R\$ 40,8260	R\$ 9.471,63
55	1981579	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO COPROLOGIA FUNCIONAL (FEZES) #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.04.003-8	UNID	62	R\$ 85,7500	R\$ 5.316,50
56	1978276	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO COPROPORFIRINAS PESQUISA NA URINA	UNID	60	R\$ 24,7860	R\$ 1.487,16
57	1978286	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO COPROPORFIRINAS PESQUISA NAS FEZES	UNID	45	R\$ 28,5150	R\$ 1.283,18
58	893255	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CORTISOL URINÁRIO 24 HORAS (=CORTISOL LIVRE)	UNID	172	R\$ 23,3750	R\$ 4.020,50
59	893265	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CROMATOGRÁFIA ESPECTROMETRIA MASSA SANGUE	UNID	34	R\$ 227,0000	R\$ 7.718,00
60	893275	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CROMATOGRÁFIA ESPECTROMETRIA MASSA URINA	UNID	29	R\$ 240,5000	R\$ 6.974,50
61	1981589	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CROMOGRANINA A (SORO)	UNID	67	R\$ 488,0000	R\$ 32.696,00
62	8933010	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CRYPTOSPORIDIUM, PESQUISA NAS FEZES	UNID	52	R\$ 18,5100	R\$ 962,52
63	8933410	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME	UNID	82	R\$ 24,3600	R\$ 1.997,52



		ESPECIALIZADO DIIDROTESTOSTERONA -DHT #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.06.015-2				
64	8933510	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO DEHIDROEPIANDROSTERONA DHEA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.06.014-4	UNID	581	R\$ 23,4680	R\$ 13.634,91
65	8933610	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ELETROFORESE DE PROTEÍNAS URINÁRIAS #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.05.030-0	UNID	254	R\$ 45,8500	R\$ 11.645,90
66	8933710	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ELETROF. DE LIPOPROTEÍNAS #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.01.071-6	UNID	149	R\$ 44,4783	R\$ 6.627,27
67	8933810	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ENTAMOEBA HISTOLYTICA – ANTÍGENO NAS FEZES	UNID	48	R\$ 90,6667	R\$ 4.352,00
68	8933910	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ENZIMA CONVERSORA DE ANGIOTENSINA – ECA	UNID	570	R\$ 123,3600	R\$ 70.315,20
69	708192	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ESPERMOGRAMA	UNID	350	R\$ 44,8883	R\$ 15.710,91
70	898640	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ERITROPOETINA	UNID	432	R\$ 86,5573	R\$ 37.392,75
71	898660	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ERROS INATOS DO METABOLISMO URINA – HPLC – AMINOÁCIDOS #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.05.014-9	UNID	46	R\$ 85,6667	R\$ 3.940,67
72	898690	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO FENILALANINA, DOSAGEM #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.11.004-4	UNID	134	R\$ 23,4733	R\$ 3.145,42
73	898756	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO FIBROSE CÍSTICA, PESQUISA POR PCR #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.11.003-6	UNID	123	R\$ 310,5000	R\$ 38.191,50
74	898766	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO FOSFATASE ÁCIDA PROSTÁTICA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.01.044-9	UNID	29	R\$ 14,2925	R\$ 414,48
75	898786	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO FOSFATASE ALCALINA FRAÇÃO ÓSSEA	UNID	137	R\$ 83,0000	R\$ 11.371,00
76	898850	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO FUNGOS, PESQUISA	UNID	554	R\$ 18,5000	R\$ 10.249,00
77	1978296	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME PESQUISA GALACTOMANANA –EM AMOSTRAS RESPIRATÓRIAS	UNID	212	R\$ 263,4575	R\$ 55.852,99
78	898870	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME PESQUISA GALACTOMANANA –EM SORO, LÍQUOR E LÍQUIDOS CORPORAIS	UNID	1.031	R\$ 263,4575	R\$ 271.624,68
79	1981599	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO GALACTOSEMIA (PLASMA CONGELADO)	UNID	57	R\$ 1.637,7500	R\$ 93.351,75



80	898915	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO GALACTOSE- 1- FOSFATO [UDP-GLU #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.01.045-7	UNID	41	R\$ 44,0000	R\$ 1.804,00
81	898955	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO GASTRINA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.06.019-5	UNID	202	R\$ 28,6550	R\$ 5.788,31
82	898965	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO GIARDIA LAMBLIA – ANTÍGENO NAS FEZES	UNID	41	R\$ 108,6667	R\$ 4.455,33
83	899028	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO GLOBULINA LIGADORA DE TIROXINA – TBG #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.06.020-9	UNID	147	R\$ 53,7500	R\$ 7.901,25
84	899058	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO GLOBULINA LIGADORA DE HORMÔNIOS SEXUAIS – SHBG	UNID	202	R\$ 40,7890	R\$ 8.239,38
85	1981603	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO GLUCAGON (PLASMA CONGELADO)	UNID	57	R\$ 108,2500	R\$ 6.170,25
86	899330	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO HEMOCROMATOSE – POR PCR	UNID	220	R\$ 425,3800	R\$ 93.583,60
87	899360	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO HEMOSSIDERINA, PESQUISA NA URINA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.02.033-9	UNID	70	R\$ 102,6400	R\$ 7.184,80
88	899456	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO HIDROXI PREGNENOLONA – 17 OH PREGNENOLONA	UNID	147	R\$ 172,0233	R\$ 25.287,43
89	899486	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO HIDROXI PROGESTERONA – 17 OH PROGESTERONA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.06.004-7	UNID	337	R\$ 29,7480	R\$ 10.025,08
90	899500	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO HIDROXIPROLINA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.01.051-1	UNID	45	R\$ 26,7500	R\$ 1.203,75
91	1981613	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO IGFBP-3 (SORO)	UNID	50	R\$ 55,8000	R\$ 2.790,00
92	1981822	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO IGE MULTIPLO PARA PHADIATOP ALÉRGICOS INALANTES ( PÊLO, GRAMA, PÓ, ÁCARO, FUNGOS) (SORO)	UNID	30	R\$ 28,6533	R\$ 859,60
93	899675	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO IMUNOFIXAÇÃO DE PROTEÍNAS URINÁRIAS	UNID	442	R\$ 209,8300	R\$ 92.744,86
94	899695	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO IMUNOGLOBULINA A SALIVA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.015-6	UNID	44	R\$ 60,2920	R\$ 2.652,85
95	8997110	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO IMUNOGLOBULINA G-IgG DOSAGEM NO SORO/LCR #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.017-2	UNID	71	R\$ 32,9750	R\$ 2.341,23



96	8997310	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO IMUNOGLOBULINA M IgM DOSAGEM NO SORO/LCR #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.018-0	UNID	287	R\$ 31,3133	R\$ 8.986,92
97	8997410	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ISOSPORA BELLI, PESQUISA NAS FEZES	UNID	73	R\$ 33,9140	R\$ 2.475,72
98	1981832	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO LAMOTRIGINA, DOSAGEM NO SORO	UNID	35	R\$ 102,3817	R\$ 3.583,36
99	8997710	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO LÁTEX PARA CRYPTOCOCCUS	UNID	504	R\$ 34,5100	R\$ 17.393,04
100	1981842	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO LÍTIO, DOSAGEM NO SORO #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.07.025-5	UNID	148	R\$ 14,7940	R\$ 2.189,51
101	1981852	METANEFRIAS SÉRICAS (PLASMA CONGELADO)	UNID	112	R\$ 458,0000	R\$ 51.296,00
102	899844	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO METANEFRIAS URINÁRIAS	UNID	401	R\$ 156,8520	R\$ 62.897,65
103	899884	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO MICROAGLUTINAÇÃO (MAT) PARA LEPTOSPIROSE #CÓDIGO SIGTAP: 02.13.01.045-3	UNID	239	R\$ 86,1400	R\$ 20.587,46
104	1981862	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO OXCARBAZEPINA, DOSAGEM NO SORO OU PLASMA	UNID	67	R\$ 93,9175	R\$ 6.292,47
105	9000010	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PIRUVATOQUINASE [sangue total]	UNID	41	R\$ 176,0000	R\$ 7.216,00
106	9000210	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PNEUMOCYSTI CARINII (COL PELA PRATA) #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.08.017-0	UNID	83	R\$ 142,6667	R\$ 11.841,34
107	9000310	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PNEUMOCYSTI CARINII POR IFI (IMUNOFLOURESCÊNCIA)	UNID	98	R\$ 254,5000	R\$ 24.941,00
108	9000610	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PORFEBILINOGÊNIO URINA DE 24H #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.05.029-7	UNID	122	R\$ 24,2000	R\$ 2.952,40
109	1981872	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PROINSULINA NO SORO OU PLASMA	UNID	10	R\$ 129,0000	R\$ 1.290,00
110	900104	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PROTEÍNA DE BENCE JONES – PESQUISA	UNID	129	R\$ 17,6975	R\$ 2.282,98
111	900114	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PROTEÍNA TRANSPORTADORA DO RETINOL U24	UNID	41	R\$ 112,0000	R\$ 4.592,00
112	1981882	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PROTOPORFIRINA LIVRE EXAME NO SANGUE TOTAL	UNID	66	R\$ 86,5333	R\$ 5.711,20
113	1981892	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME	UNID	72	R\$ 26,2925	R\$ 1.893,06



		ESPECIALIZADO RAST BETA- LACTOGLOBULINA [F77] (SORO)				
114	1981907	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO RAST ESPEC.P/ AMOXICILINA NO SORO	UNID	87	R\$ 41,2231	R\$ 3.586,41
115	900229	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO RAST LATEX HEVEA BRASILIE [F77]	UNID	79	R\$ 28,4033	R\$ 2.243,86
116	899874	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO RAST P/ ABELHA	UNID	84	R\$ 24,6433	R\$ 2.070,04
117	899854	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO RAST P/ ALFA- LACTOALBUMINA [F76]	UNID	325	R\$ 23,4117	R\$ 7.608,80
118	896435	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO RUBÉOLA NO LIQUOR	UNID	85	R\$ 56,1820	R\$ 4.775,47
119	8997010	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SCHISTOSOMA MANSONI, PESQUISA NAS FEZES #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.04.011-9	UNID	61	R\$ 33,3500	R\$ 2.034,35
120	899685	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SÍNDROME ALG / PRADER WILLI	UNID	70	R\$ 2.153,3333	R\$ 150.733,33
121	899605	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SUDAM III	UNID	365	R\$ 21,3620	R\$ 7.797,13
122	899590	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SULFATÍDEOS URINÁRIOS	UNID	29	R\$ 1.439,6600	R\$ 41.750,14
123	899580	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SELÊNIO SÉRICO	UNID	173	R\$ 26,6800	R\$ 4.615,64
124	899570	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SEROTONINA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.06.007-1	UNID	47	R\$ 105,2000	R\$ 4.944,40
125	899530	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SUBCLASSES DE IMUNOGLOBULINAS IgG	UNID	232	R\$ 21,7867	R\$ 5.054,51
126	899496	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO TELOPEPTÍDEO C OU CTX NO SANGUE	UNID	1.293	R\$ 130,5611	R\$ 168.815,50
127	899416	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO TESTOSTERONA LIVRE #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.06.035-7	UNID	126	R\$ 31,6320	R\$ 3.985,63
128	899406	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO TOPIRAMATO DOSAGEM	UNID	77	R\$ 528,8625	R\$ 40.722,41
129	899102	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO VIGABATRINA , DOSAGEM	UNID	49	R\$ 142,1100	R\$ 6.963,39
130	1981917	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO VITAMINA A (SORO OU PLASMA PROTEGIDO DA LUZ)	UNID	80	R\$ 88,6433	R\$ 7.091,46
131	1981927	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO VITAMINA B2 RIBOFLAVINA (SORO OU PLASMA PROTEGIDO DA LUZ)	UNID	76	R\$ 161,0675	R\$ 12.241,13



132	899018	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO VITAMINA B1 (TIAMINA)	UNID	166	R\$ 160,6267	R\$ 26.664,03
133	898985	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO VITAMINA B6 – PIRIDOXINA	UNID	109	R\$ 146,0417	R\$ 15.918,55
134	898945	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO VITAMINA E	UNID	294	R\$ 60,0700	R\$ 17.660,58
135	2020973	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO WESTERN BLOT PARA DOENÇA DE LYME	UNID	30	R\$ 829,3333	R\$ 24.880,00
136	898880	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ZINCO – DOSAGEM SÉRICA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.07.035-2	UNID	1.276	R\$ 14,0800	R\$ 17.966,08
137	2020983	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CROMOSSOMO X-FRÁGIL POR CITOGENÉTICA OU BIOLOGIA MOLECULAR	UNID	50	R\$ 979,5000	R\$ 48.975,00
138	898064	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO HLA B-27	UNID	645	R\$ 123,9875	R\$ 79.971,94
139	1981937	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO HLA B-51 (DOENÇA DE BEHÇET) POR PCR	UNID	77	R\$ 963,9333	R\$ 74.222,86
140	1981947	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO HLA DQ2 E DQ8 (DOENÇA CELÍACA) GENOTIPAGEM POR PCR EM SANGUE TOTAL	UNID	82	R\$ 407,9975	R\$ 33.455,80
141	1981957	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO MUTAÇÃO DELTA F508 = PESQUISA DE FIBROSE CÍSTICA – ANÁLISE MOLECULAR EM SANGUE TOTAL #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.11.003-6	UNID	62	R\$ 340,0000	R\$ 21.080,00
142	1981967	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – ANÁLISE MOLECULAR DA MUTAÇÃO JAK2	UNID	272	R\$ 442,5333	R\$ 120.369,06
143	2020993	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – ANÁLISE MOLECULAR DA MUTAÇÃO DA MTHFR (METILENO-TETRA HIDRO FOLATO REDUTASE)	UNID	315	R\$ 223,6125	R\$ 70.437,94
144	897970	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO TESTE PEZINHO AMPLIADO +B+G+G	UNID	148	R\$ 118,6300	R\$ 17.557,24
145	897960	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO TESTE PEZINHO ESTENDIDO	UNID	796	R\$ 232,5360	R\$ 185.098,66
146	897950	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO TRIAGEM PARA ERROS INATOS DO METABOLISMO #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.10.017-0	UNID	87	R\$ 172,4340	R\$ 15.001,76
147	897910	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO FLT 3	UNID	70	R\$ 748,3333	R\$ 52.383,33
148	897900	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ADA ERITROCITÁRIA	UNID	137	R\$ 89,8740	R\$ 12.312,74
149	897887	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE MULTÍMEROS DO FVW	UNID	74	R\$ 3.495,4100	R\$ 258.660,34
150	897857	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTITRIPSINA FECAL #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.01.015-5	UNID	270	R\$ 78,5250	R\$ 21.201,75



151	897837	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CARIÓTIPO COM BANDA G #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.10.003-0	UNID	1.336	R\$ 603,0500	R\$ 805.674,80
152	1403677	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ELETROFORESE DE PROTEÍNAS DO LCR #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.09.015-9	UNID	471	R\$ 50,4700	R\$ 23.771,37
153	897732	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO FTA-ABS IgG NO LÍQUOR	UNID	262	R\$ 30,9980	R\$ 8.121,48
154	896988	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO HBEAG – ANTÍGENO “E” DA HEPATITE B #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.098-9	UNID	118	R\$ 27,1275	R\$ 3.201,05
155	896873	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO TEMPO DE TROMBINA	UNID	132	R\$ 28,5000	R\$ 3.762,00
156	896853	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO TESTE DE HEMÓLISE EM SACAROSE	UNID	22	R\$ 39,3333	R\$ 865,33
157	896833	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ZAP 70	UNID	30	R\$ 1.385,0000	R\$ 41.550,00
158	896799	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CAXUMBA NO LCR EXAME	UNID	37	R\$ 109,3025	R\$ 4.044,19
159	896789	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CÉLULAS NEOPLÁSICAS, PESQUISA EM LÍQ.BIOLÓGICOS #CÓDIGO SIGTAP: 02.03.01.003-5	UNID	362	R\$ 104,4133	R\$ 37.797,61
160	896779	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CITOLOGIA ONCÓTICA DE LÍQUIDOS PLEURAL E ASCÍTICO #CÓDIGO SIGTAP: 02.03.01.003-5	UNID	2.540	R\$ 101,6667	R\$ 258.233,42
161	896769	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CITOLOGIA ONCÓTICA DO LCR #CÓDIGO SIGTAP: 02.03.01.003-5	UNID	850	R\$ 130,0000	R\$ 110.500,00
162	896739	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CITOMEGALOVÍRUS (CMV) NO LÍQUOR #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.074-1	UNID	217	R\$ 125,6467	R\$ 27.265,33
163	896729	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CLORETO NO LÍQUOR	UNID	57	R\$ 16,6100	R\$ 946,77
164	896759	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CITOLOGIA ONCÓTICA DO LAVADO BRONCO ALVEOLAR #CÓDIGO SIGTAP: 02.03.01.003-5	UNID	187	R\$ 130,0000	R\$ 24.310,00
165	896749	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CITOLOGIA ONCÓTICA URINÁRIA #CÓDIGO SIGTAP: 02.03.01.003-5	UNID	118	R\$ 140,0000	R\$ 16.520,00
166	1978425	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO EPSTEIN-BARR IgG NO LCR	UNID	192	R\$ 147,0000	R\$ 28.224,00
167	1978435	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO EPSTEIN-BARR IgM NO LCR	UNID	192	R\$ 160,0000	R\$ 30.720,00
168	8965810	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO FAN NO LÍQUOR	UNID	2.530	R\$ 28,0833	R\$ 71.050,75



169	8965710	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO HERPES SIMPLES 1 E 2 DETECÇÃO NO LIQUOR	UNID	1.635	R\$ 58,5450	R\$ 95.721,08
170	1978445	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO HERPES ZOSTER IGG NO LCR	UNID	142	R\$ 76,5000	R\$ 10.863,00
171	1978455	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO HERPES ZOSTER IGM NO LCR	UNID	142	R\$ 71,8000	R\$ 10.195,60
172	8965510	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO HTLV 1 / 2 NO LCR	UNID	177	R\$ 282,6667	R\$ 50.032,01
173	8965410	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO IMUNOGLOBULINA A - IGA DOSAGEM NO SORO/LCR	UNID	197	R\$ 34,3250	R\$ 6.762,03
174	8965010	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PCR PARA EBV NO LÍQUOR	UNID	226	R\$ 300,0000	R\$ 67.800,00
175	896495	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PCR PARA TOXOPLASMOSE (SORO/LÍQUOR/LÍQUIDO AMNIÓTICO)	UNID	263	R\$ 446,5375	R\$ 117.439,36
176	896485	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PCR PARA HERPES NO LCR	UNID	303	R\$ 407,3333	R\$ 123.421,99
177	896475	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PCR PARA HIV I/II NO LCR	UNID	273	R\$ 390,0000	R\$ 106.470,00
178	896465	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PCR PARA BACILO DE KOCH NO LCR	UNID	53	R\$ 374,5000	R\$ 19.848,50
179	896445	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PCR PARA CMV NO LCR	UNID	627	R\$ 345,8400	R\$ 216.841,68
180	896425	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SODIO LÍQUIDO PERICARDICO #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.01.063-5	UNID	37	R\$ 18,2000	R\$ 673,40
181	896415	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO TIREOGLOBULINA – LÍQUIDO DE ASPIRADO CERVICAL #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.06.036-5	UNID	53	R\$ 43,5460	R\$ 2.307,94
182	896405	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO TOXOPLASMOSE NO LIQUOR #CÓDIGO SIGTAP: 02.13.01.057-7	UNID	149	R\$ 45,7250	R\$ 6.813,03
183	890433	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO AMEBÍASE SOROLOGIA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.038-5	UNID	98	R\$ 138,0000	R\$ 13.524,00
184	891457	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI- ACETILCOLINA	UNID	307	R\$ 1.149,6733	R\$ 352.949,70
185	2021006	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI- AQUAPORINA 4- AQP4 – LCR	UNID	62	R\$ 399,6367	R\$ 24.777,48
186	891500	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI ASPERGILLUS – SOROLOGIA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.039-3	UNID	147	R\$ 387,0000	R\$ 56.889,00
187	891560	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI- CISTICERCOSE	UNID	83	R\$ 99,8792	R\$ 8.289,97



		#CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.041-5				
188	1978465	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI ENDOMISIO IgM	UNID	137	R\$ 46,0960	R\$ 6.315,15
189	1978300	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI ENDOMISIO IgG	UNID	137	R\$ 53,6000	R\$ 7.343,20
190	1978310	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI ENDOMISIO IgA	UNID	137	R\$ 52,4000	R\$ 7.178,80
191	891636	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-GAD	UNID	338	R\$ 182,5200	R\$ 61.691,76
192	891686	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-Hbe (ANTÍGENO “E” DA HEPATITE B) #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.064-4	UNID	2.394	R\$ 22,2280	R\$ 53.213,83
193	891696	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-HISTONA	UNID	70	R\$ 59,9650	R\$ 4.197,55
194	891720	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-ILHOTA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.051-2	UNID	108	R\$ 129,6800	R\$ 14.005,44
195	891730	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-IA2 (ANTI-TIROSINA FOSFATASE)	UNID	57	R\$ 81,0820	R\$ 4.621,67
196	891740	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-INSULINA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.052-0	UNID	79	R\$ 47,9883	R\$ 3.791,08
197	891760	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-KU	UNID	59	R\$ 1.811,3333	R\$ 106.868,66
198	891805	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI MEMBRANA BASAL	UNID	150	R\$ 97,0000	R\$ 14.550,00
199	891815	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-MI – 2	UNID	96	R\$ 497,5000	R\$ 47.760,00
200	891825	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTIMIELOPEROXIDASE	UNID	279	R\$ 254,5000	R\$ 71.005,50
201	891855	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI MUSK	UNID	114	R\$ 598,7500	R\$ 68.257,50
202	891865	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-P RIBOSSOMAL	UNID	62	R\$ 405,2500	R\$ 25.125,50
203	891875	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI- PNEUMOCOCOS (ESPECÍFICO)	UNID	383	R\$ 404,8633	R\$ 155.062,64
204	891885	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPOS ANTI POLISSACARÍDEOS PNEUMOCÓCICOS 7 SOROTIPOS) (IgG),	UNID	403	R\$ 324,9333	R\$ 130.948,12
205	8919010	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-RECEPTOR DE ACETILCOLINA	UNID	122	R\$ 276,4400	R\$ 33.725,68
206	8919410	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-	UNID	122	R\$ 236,0550	R\$ 28.798,71



		SACCHAROMYCES CEREVISIAE IGA IGG (ASCA)				
207	8919510	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI SCL 70 (ANTI-TOPOISOMERASE)	UNID	130	R\$ 38,4100	R\$ 4.993,30
208	8919610	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-SLA	UNID	92	R\$ 818,6200	R\$ 75.313,04
209	8919710	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI SLA/LP	UNID	92	R\$ 707,6667	R\$ 65.105,34
210	892052	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTÍGENO DE TÉTANO	UNID	333	R\$ 173,0000	R\$ 57.609,00
211	892062	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTÍGENOS DA ENTAMOEBA HISTOLYTICA	UNID	54	R\$ 133,5800	R\$ 7.213,32
212	1978475	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO LEPTOSPIROSE ELISA – IGG	UNID	102	R\$ 102,3860	R\$ 10.443,37
213	1978485	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO LEPTOSPIROSE ELISA – IGM	UNID	102	R\$ 100,5567	R\$ 10.256,78
214	892107	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SOROLOGIA PARA ADENOVÍRUS	UNID	90	R\$ 227,7400	R\$ 20.496,60
215	892117	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SOROL. PARA BORDETELLA PERTUSSIS (COQUELUCHE) IGG/IGM	UNID	165	R\$ 202,1967	R\$ 33.362,46
216	892127	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SOROLOGIA PARA CALAZAR	UNID	1.025	R\$ 56,3267	R\$ 57.734,87
217	892137	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SOROLOGIA PARA CHLAMYDIA PNEUMONIAE IGG #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.072-5	UNID	401	R\$ 110,7767	R\$ 44.421,46
218	892147	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SOROLOGIA PARA LEGIONELLA IGG/IGM	UNID	116	R\$ 253,3600	R\$ 29.389,76
219	892157	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SOROLOGIA PARA LYME – IGG/IGM	UNID	52	R\$ 114,0589	R\$ 5.931,06
220	892177	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SOROL. P/ COXSACKIE B IGG/IGM	UNID	160	R\$ 156,2250	R\$ 24.996,00
221	1978495	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SOROL. VARICELA ZOSTER IgG #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.082-2 - IGG	UNID	122	R\$ 46,5567	R\$ 5.679,92
222	19785010	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SOROL. VARICELA ZOSTER IGM #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.093-8 - IGM	UNID	102	R\$ 42,1900	R\$ 4.303,38
223	892210	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SOROLOGIA P/ PARACOCCIDIOIDOMICOSE #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.070-9	UNID	147	R\$ 440,9167	R\$ 64.814,75
224	892220	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SOROLOGIA PARA ARBOVÍRUS #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.090-3 - IGM	UNID	112	R\$ 450,2300	R\$ 50.425,76



225	892240	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SOROLOGIA PARA HISTOPLASMOSE #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.065-2	UNID	557	R\$ 150,5433	R\$ 83.852,62
226	19785110	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO TOXOCARA CANIS IgG	UNID	72	R\$ 72,2260	R\$ 5.200,27
227	19785210	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO TOXOCARA CANIS IgM	UNID	72	R\$ 79,0325	R\$ 5.690,34
228	19785310	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO TOXOPLASMOSE IgG NO LIQUOR	UNID	212	R\$ 37,7750	R\$ 8.008,30
229	19785410	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO TOXOPLASMOSE IgM NO LIQUOR	UNID	212	R\$ 38,7300	R\$ 8.210,76
230	1400362	CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO – ANTICORPO ANTI MOG MÉTODO DE TRANSFECTED CELL BASED ASSAY NO SORO	UNID	505	R\$ 8.267,5000	R\$ 4.175.087,50
231	1400372	CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO – ANTICORPO ANTI MOG MÉTODO DE TRANSFECTED CELL BASED ASSAY NO LCR	UNID	505	R\$ 8.267,1300	R\$ 4.174.900,65
232	18678410	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO DOSAGEM DE CITRULINA SÉRICA	UNID	139	R\$ 95,6667	R\$ 13.297,67
233	1868047	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO DOSAGEM DE ELASTASE FECAL	UNID	298	R\$ 237,5825	R\$ 70.799,59
234	18678510	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PESQUISA DE CALRETICULINA	UNID	125	R\$ 641,0000	R\$ 80.125,00
235	18678610	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PESQUISA DE MUTAÇÃO MPL	UNID	150	R\$ 486,6667	R\$ 73.000,01
236	18678710	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PAINEL NGS PARA NEOPLASIAS MIELOÍDES	UNID	150	R\$ 4.227,6667	R\$ 634.150,01
237	18678810	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PCR CITOMEGALOVÍRUS EM LÍQUIDO AMNIÓTICO	UNID	137	R\$ 319,6080	R\$ 43.786,30
238	18678910	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CARIÓTIPO FETAL EM LÍQUIDO AMNIÓTICO #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.10.001-4	UNID	125	R\$ 1.181,0000	R\$ 147.625,00
239	1868077	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE QUANTITATIVA PLASMÁTICA DE COLESTANOL	UNID	125	R\$ 3.893,9500	R\$ 486.743,75
240	1868246	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE QUANTITATIVA PLASMÁTICA DE ÁCIDO GRAXO DE CADEIA MUITO LONGA	UNID	125	R\$ 899,6667	R\$ 112.458,34
241	1868256	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE PAINEL DE ENCEFALITE AUTOIMUNE	UNID	125	R\$ 2.857,5700	R\$ 357.196,25
242	1868097	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE PAINEL DE MIOPATIA INFLAMATÓRIA	UNID	125	R\$ 4.245,0000	R\$ 530.625,00
243	1868100	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE IDENTIFICAÇÃO DE	UNID	125	R\$ 4.788,3333	R\$ 598.541,66



		ALTERAÇÃO CROMOSSÔMICA SUBMICROSCÓPICA POR ARRAY-CGH				
244	1867904	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE PESQUISA DE EXPANSÃO NO GENE DA HTT	UNID	125	R\$ 1.895,0000	R\$ 236.875,00
245	1868110	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE PAINEL DE ATAXIA ESPINOCEREBELAR	UNID	125	R\$ 3.246,2933	R\$ 405.786,66
246	1867914	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE PAINEL DE ATAXIA RECESSIVA	UNID	125	R\$ 15.644,7800	R\$ 1.955.597,50
247	1250712	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE PAINEL DE PARAPLEGIA ESPÁSTICA	UNID	125	R\$ 3.217,3333	R\$ 402.166,66
248	1250752	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE EXOMA COMPLETO #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.10.020-0	UNID	125	R\$ 5.005,0800	R\$ 625.635,00
249	1867924	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE GENOTIPAGEM GENE DMPK EXPANSÃO	UNID	125	R\$ 3.453,1400	R\$ 431.642,50
250	1867934	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE GENOTIPAGEM GENE CNBP	UNID	125	R\$ 2.696,6667	R\$ 337.083,34
251	1867944	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE GENOTIPAGEM GENE PABPN1	UNID	125	R\$ 2.595,0000	R\$ 324.375,00
252	1868266	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE PAINEL DE NEUROPATIAS	UNID	125	R\$ 4.195,0000	R\$ 524.375,00
253	1867954	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE PAINEL DE MIOPATIAS	UNID	125	R\$ 4.195,0000	R\$ 524.375,00
254	1867964	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE PAINEL DE DOENÇA DO NEURÔNIO MOTOR	UNID	125	R\$ 3.196,6667	R\$ 399.583,34
255	1868276	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE PAINEL DE LEUCODISTROFIA	UNID	125	R\$ 8.689,1133	R\$ 1.086.139,16
256	1868286	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE PAINEL DE MIELOMA MÚLTIPLO FISH #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.10.024-3	UNID	182	R\$ 3.166,3333	R\$ 576.272,66
257	1868296	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE PAINEL FISH LLC	UNID	170	R\$ 3.833,0000	R\$ 651.610,00

**GRUPO 02**

ITEM	CÓD.SR P	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
258	890777	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME	UNID	44	R\$ 902,0750	R\$ 39.691,30



		ESPECIALIZADO BETA GLICURONIDASE				
259	893036	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CETONEMIA #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.01.010-4	UNID	29	R\$ 39,5300	R\$ 1.146,37
260	8933110	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO D-XILOSE #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.01.074-0	UNID	29	R\$ 61,8850	R\$ 1.794,67
261	899909	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO OLIGO SULFATO PEPTÍDEOS URINÁRIOS, DOSAGEM	UNID	29	R\$ 238,0000	R\$ 6.902,00
262	9000510	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PNEUMOCYSTIS JIROVECI ( CULTURA )	UNID	59	R\$ 129,3333	R\$ 7.630,66
263	900124	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PROTOPORFIRINA ERITROCITÁRIA, DOSAGEM	UNID	34	R\$ 72,5600	R\$ 2.467,04
264	900194	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO PRECIPITINA PARA ASPERGILLUS	UNID	39	R\$ 263,5700	R\$ 10.279,23
265	899350	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO VAN DER KAMMER EXAME #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.04.002-0	UNID	47	R\$ 44,7233	R\$ 2.102,00
266	896719	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO COLORAÇÃO PELA PRATA PARA LAVADO BRONCOALVEOLAR	UNID	25	R\$ 105,9088	R\$ 2.647,72
267	896709	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO COLORAÇÃO PELO PAS PARA LAVADO BRONCOALVEOLAR	UNID	25	R\$ 90,6667	R\$ 2.266,67
268	8965310	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ÍNDICE DE IMUNOPRODUÇÃO DE IMUNOGLOBULINAS NO LCR	UNID	217	R\$ 196,0000	R\$ 42.532,00
269	891467	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-AKA	UNID	63	R\$ 144,3900	R\$ 9.096,57
270	891497	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-APN	UNID	55	R\$ 418,5333	R\$ 23.019,33
271	19785510	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-ESQUISTOSSOMOSE – SORO	UNID	112	R\$ 44,7260	R\$ 5.009,31
272	2021016	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-ESQUISTOSSOMOSE – LÍQUOR	UNID	102	R\$ 47,9075	R\$ 4.886,57
273	891616	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-FIGADO-PANCREAS #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.048-2	UNID	92	R\$ 277,0000	R\$ 25.484,00
274	891790	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-LP	UNID	52	R\$ 590,0000	R\$ 30.680,00



275	891895	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTICORPO ANTI-PLAQUETÁRIO	UNID	94	R\$ 266,3350	R\$ 25.035,49
276	892012	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTIGENEMIA PARA CMV	UNID	89	R\$ 320,0000	R\$ 28.480,00
277	892022	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANTÍGENOS BACTERIANOS PESQUISA NO LCR	UNID	47	R\$ 800,0000	R\$ 37.600,00
278	892072	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CITOMEGALOVÍRUS PESQUISA URINA	UNID	120	R\$ 289,9100	R\$ 34.789,20
279	892167	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SOROL P/ VIRUS SINC RESPIR. #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.071-7	UNID	30	R\$ 293,3333	R\$ 8.800,00
280	892200	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SOROLOGIA PARA INFLUENZA	UNID	118	R\$ 169,7800	R\$ 20.034,04
281	892250	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO SOROLOGIA PRA COCCIDIOIDOMICOSE. #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.03.070-9	UNID	147	R\$ 157,8067	R\$ 23.197,58
282	1868057	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO HLA DQ3 E DQ5	UNID	137	R\$ 403,0833	R\$ 55.222,41

**GRUPO 03**

ITEM	COD.SR P	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
283	893076	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CITO BIOQUÍMICA CISTO CEREBRAL	UNIDADE	29	R\$ 101,5000	R\$ 2.943,50
284	899390	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO HEMOSSIDERINA, PESQUISA EM MACRÓFAGOS ALVEOLARES #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.02.033-9	UNIDADE	64	R\$ 102,1400	R\$ 6.536,96
285	893140	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO CLORO NO SUOR POR IONTOFORESE #CÓDIGO SIGTAP: 02.02.09.014-0	UNIDADE	36	R\$ 512,1500	R\$ 18.437,40
286	898796	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO FOSFATASE ALCALINA LEUCOCITÁRIA	UNIDADE	41	R\$ 82,0000	R\$ 3.362,00
287	2021026	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO IDENTIFICAÇÃO DE SEQUENCIAMENTO DOS EXONS 3 E 4.	UNIDADE	70	R\$ 4.908,7733	R\$ 343.614,13
288	1868087	SERVIÇO DE LABORATÓRIO – EXAME ESPECIALIZADO ANÁLISE DE PAINEL DE ANTIGANGLIOSIDEO	UNIDADE	125	R\$ 1.175,2500	R\$ 146.906,25

**2.1. Havendo divergências entre as especificações deste Anexo e as do sistema, prevalecerão as deste Anexo.**

### **3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DO CONTRATO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, conforme art. 15 do Decreto Estadual nº 35.323/2023, alterado pelo art. 2º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições, quantidades e valores.

3.2. O prazo de vigência do contrato é de 01(UM) ano, contado da data da publicação, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da Lei nº 14.133/2021.

3.2.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

3.2.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que possui características como essencialidade, execução de forma contínua, de longa duração e possibilidade de que o fracionamento em períodos venha a prejudicar a execução do serviço. Entretanto, a lei exige “preços e condições mais vantajosas”. Assim, antes da prorrogação do contrato, deverá ser realizada pesquisa de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a Administração.

### **4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

4.1. *A presente contratação tem por objetivo garantir o abastecimento das unidades laboratoriais do HIAS, HEMOCE, HGPMJMA, HGF, HGCCO, HSJDI, LACEN, HSMM e HCAS com a terceirização de exames através de um Laboratório de Apoio.*

Um laboratório de apoio é um estabelecimento que ajuda um laboratório principal na demanda de exames que não são absorvidos ou por falta de infraestrutura ou por falta de demanda que justifique a necessidade de alto investimento no parque tecnológico. Diante do exposto, é necessário e vantajoso o provimento de processo licitatório para a obtenção do serviço de exames laboratoriais terceirizados.

4.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações *Anual* e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Estadual, conforme art. 6º do Decreto Estadual nº 35.283/2023.

### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

5.1. A descrição da solução como um todo abrange a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço continuado de Laboratório de Apoio com objetivo garantir o abastecimento das unidades laboratoriais da REDE SESA na execução dos exames descritos nos itens de 1 a 288. O serviço pretendido enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 10.024, de 2019, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Por fim, a solução proposta atende de forma satisfatória a demanda das unidades requisitantes, que necessitam do serviço de Laboratório de Apoio a fim de proporcionar atendimento adequado aos usuários das unidades laboratoriais da REDE SESA.

### **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **6.1. Subcontratação**

6.1.1. Será admitida a subcontratação parcial até o limite de 30% (trinta por cento) do objeto contratual.

6.1.1.1. É vedada a subcontratação integral ou da parcela principal da obrigação.

6.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.1.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.1.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

6.1.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6.2. Garantia contratual**

6.2.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **6.3. Sustentabilidade**

6.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

I – A empresa deverá dar preferência a insumos com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados, menor geração de resíduos e preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

## **7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. O prazo de execução do objeto contratual será de 01(um) ano contado a partir do recebimento da ordem de serviço ou instrumento equivalente.

7.1.1. O prazo de execução da contratação da administração direta, poderá ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, o disposto na Lei Federal nº 13.303/2016.

### **7.2. Condições de Entrega**

7.2.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste termo, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir do recebimento de cada ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, nas quantidades, horários e dias estabelecidos no respectivo documento.

7.2.2. A quantidade ou prazo da entrega excepcionalmente poderão sofrer alterações por parte do contratante, devendo o contratado ser informado de forma antecipada de no mínimo 2 (dois) dias antes do prazo previsto para entrega.

7.2.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.2.4. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados e aceitos pelo contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para

execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim pelo contratante, ou pelo respectivo substituto, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão constituída para este fim.

## **9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO**

### **9.1. Recebimento do Serviço**

9.1.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de 15(quinze) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. Não atendido o disposto no item 11.5 deste termo, caberá à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **9.2. Liquidação**

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de *10 (dez)* dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite permitido para dispensa de licitação;

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 12.12 deste Termo.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### **9.3. Prazo de pagamento**

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

### **9.4. Forma de pagamento**

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta-corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012, e para as empresas pública e sociedades de economia mista, nas instituições bancárias indicadas nos respectivos Regulamentos Internos de Licitações e Contratos.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **9.5. Antecipação de pagamento**

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 145, caput, da Lei nº 14.133/2021 e inciso V do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus Anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.8.1. A Administração terá o prazo de 30(trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30(trinta) dias.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, cuja inadimplência do contratado, não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, conforme art. 121, caput e § 1º da Lei nº 14.133/2021.

11.9. Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade.

I – A empresa deverá dar preferência a insumos com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados, menor geração de resíduos e preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

11.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas. Esta obrigação não se aplica às contratações decorrentes da Lei nº 13.303/2016.

11.13.1. Comprovar, na forma do subitem 12.5.4.1 do Edital, as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, e a quantidade de cargos que permaneceram vagos.

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

11.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.19. Promover, se for o caso a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.20. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.21. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11.22. Executar os exames por laboratório sediado ou de referência fora da cidade de Fortaleza, sob sua responsabilidade logística de transporte e demais custos envolvidos;

11.23. Em caso de exames realizados por laboratórios de referência, a contratada deve ter seu nome referido no laudo a ser entregue nos órgãos solicitante;

11.24. Responsabilizar-se pela entrega dos resultados no menor tempo possível, respeitando a urgência e a necessidade técnica de cada um;

11.25. Possuir certificado de acreditação emitido por entidade competente SBPC – sociedade brasileira de patologia clínica, SBAC – sociedade brasileira de análises clínicas, ou ONA – organização nacional de acreditação ou comprovar o andamento do processo de certificação;

11.26. Comprovar a participação em um ou mais programas de controle de qualidade externos para laboratórios clínicos tais como: PELM (programa de excelência para laboratórios médicos), PNCQ (programa nacional de controle de qualidade), PEM (programa de excelência em microbiologia clínica), PICQ (programa de incentivo ao controle de qualidade), etc.

11.27. Receber as coletas realizadas pelo setor técnico dos hospitais da REDE SESA, diariamente de segunda a sexta;

11.28. Os laudos dos exames devem ser claros e conter informações sobre o método empregado para cada exame, como assinatura ou chancela eletrônica do responsável técnico e acompanhado de observações, quando necessário, que os tornem mais compreensíveis;

11.29. Os resultados dos serviços deverão ser disponibilizados via web, na internet, com disponibilidade de 24 horas por dia, arquivo mínimo de 05 anos dos resultados para acesso de segundas vias e consultas;

11.30. Os serviços/resultados entregues e recebidos ficam sujeitos à reparação ou substituição, pela CONTRATADA, desde que comprovada a incoerência, cuja verificação só se tenha tornado possível no decorrer de sua utilização;

11.31. Sempre que requerido, durante a execução do contrato, a contratada deverá comprovar a qualidade analítica dos exames contratados através dos resultados obtidos por participação em Controle Externo da Qualidade (CEQ);

11.32. Referenciar no laudo o nome do Laboratório de Apoio que realizou o exame para os casos de subcontratualização.

11.33. Sempre que requerido, durante a execução do contrato, o laboratório contratado deverá apresentar o laudo original do exame que foi subcontratualizado no prazo de 24 horas a partir da solicitação.

## **12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

12.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

12.2.1. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.2.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

### **Qualificação técnica**

12.3. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 consistirá em:

### **Qualificação técnico-operacional**

12.4. Licença de funcionamento do laboratório licitante, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, de acordo com art. 2º da Lei Federal Nº 6.360/1976;

12.5. Certificado de Registro do Laboratório licitante no órgão de classe, de acordo com RDC 302/2005;

12.6. Documentação comprobatória do responsável técnico legalmente habilitado do laboratório licitante, de acordo com RDC 302/2005;

12.7. No caso de subcontratação do serviço, o laboratório licitante deverá informar quais são os laboratórios credenciados. Todos os laboratórios subcontratados deverão estar inseridos em algum programa de acreditação laboratorial (ISO, PALC, CAP, ONA ou DICQ), conforme RDC 245/2003 ANVISA;

12.8. O laboratório licitante deverá apresentar cópia dos contratos com os laboratórios subcontratualizados, devendo anexar a lista dos exames realizados, de acordo com RDC 786/2023;

12.9. Documentação que comprove que o laboratório licitante e o laboratório que realizará o exame participa de algum programa de acreditação laboratorial (ISO, PALC, CAP, ONA ou DICQ), conforme RDC 245/2003 ANVISA;

12.10. Documentação que comprove a qualidade analítica dos exames contratados através dos resultados obtidos por participação em Controle Externo da Qualidade (CQE), de acordo com inciso II § 3º Art. 125 da RDC 786/2023 ANVISA. Nesse caso, será requerido o certificado do último ano-calendário do ensaio de proficiência. Para critério de aceitação da qualificação técnica será exigido, no mínimo 80% de adequação para todos os ensaios que o laboratório de apoio realiza *in locu*.

12.11. Documentação que comprove que no caso de terceirização haja menção do laboratório subcontratualizado dentro do laudo. Nesse caso, serão requeridas folhas de laudos já impressos, com ocultação dos dados do paciente e resultados dos exames, sendo a finalidade única da análise do layout da folha de laudo para validação da qualificação técnica, de acordo com § 2º Art. 139 da RDC 786/2023 ANVISA.

#### **Habilitações fiscal, social e trabalhista**

12.12. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.12.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.12.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.12.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.12.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.12.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.12.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.13. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.14. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

12.15. Os documentos enumerados no subitem 12.12, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos subitens 12.12.3, 12.12.4 e 12.12.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.16. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

12.17. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.18. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado uma vez por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.19. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.20. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

#### **Habilitação econômico-financeira**

12.21. A habilitação econômica financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

12.21.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

12.21.1.1. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar sua regularidade e viabilidade econômico-financeira mediante a apresentação de, ao menos, um dos seguintes documentos: decisão judicial que reconheça a situação de recuperação judicial; plano de recuperação em execução; demonstrações contábeis atualizadas; e, quando aplicável, prestação de garantias adicionais ou substitutivas, na forma prevista neste edital e em Lei.

### **13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. A indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme art. 103 do Decreto Estadual nº 35.067/2022 c/c §4º, art. 7º, do Decreto Estadual nº 35.323/2023.

### **14. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**

ANEXO A – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ANEXO B – QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO POR ÓRGÃO

### ANEXO A – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

SEQ	ÓRGÃO/UNIDADE	ENDEREÇO
1	<b>HSJDI</b> - HOSPITAL SÃO JOSÉ DOENÇAS INFECCIOSAS - <b>CNPJ: 07.954.571/0035-53</b>	RUA NESTOR BARBOSA, 315 – BAIRRO PARQUELÂNDIA – FORTALEZA – CE
2	<b>HGCCO</b> - HOSPITAL GERAL DR. CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - <b>CNPJ: 07.954.571/0039-87</b>	AV. DO IMPERADOR, 545, CENTRO, CEP: 60015-051, FORTALEZA-CE
3	<b>HGPMJMA</b> – HOSPITAL GERAL DA POLÍCIA MILITAR JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR - <b>CNPJ: 07.954.571/0013-48</b>	RUA PRINCESA ISABEL, N 1526 - CENTRO, FORTALEZA - CE, CEP: 60.015-061
4	<b>HGF</b> - HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA – <b>CNPJ: 07.954.571/0014-29</b>	RUA ÁVILA GOULART, N 900, – PAPICU, FORTALEZA – CE, CEP: 60.175-295
5	<b>LACEN</b> – LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ – <b>CNPJ: 07.954.571/0032-00</b>	AV. BARÃO DE STUDART, 2405 – DIONÍSIO TORRES, FORTALEZA – CE, 60120-002
6	<b>HIAS</b> – HOSPITAL INFANTIL ALBERT SABIN – <b>CNPJ: 07.954.571/0038-04</b>	RUA TERTULIANO SALES, 544 – VILA UNIÃO – FORTALEZA – CEARÁ
7	<b>HCAS</b> – HOSPITAL DR. CARLOS ALBERTO STUDART GOMES MESSEJANA – <b>CNPJ: 07.954.571/0022-39</b>	AV. FREI CIRILO, 3480 – MESSEJANA, FORTALEZA – CEARÁ
8	<b>HEMOCE</b> – CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO CEARÁ – <b>CNPJ: 07.954.571/0114-91</b>	AV. JOSÉ BASTOS, 3390 – RODOLFO TEÓFILO FORTALEZA, CE – CEP: 60.431-086



**ANEXO B – QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO POR ÓRGÃO**

GRUPO 1										
ITEM	CÓDIGO	HSJ	LACEN	HIAS	HEMOCE	HGF	HCAS	HGPMJMA	HGCC	QTD. TOTAL
1	888900	0	0	30	0	24	0	50	5	109
2	888910	0	0	30	0	20	0	20	5	75
3	890369	0	0	900	0	600	0	0	10	1.510
4	890389	0	0	120	0	24	0	0	10	154
5	890399	0	0	30	0	24	0	0	10	64
6	890403	0	0	96	0	24	0	0	10	130
7	890413	0	0	60	0	170	0	0	10	240
8	890423	0	0	202	0	600	0	0	10	812
9	890443	0	0	173	0	24	10	0	10	217
10	890453	0	0	288	0	24	0	0	5	317
11	890463	0	0	36	0	24	0	0	5	65
12	890473	0	0	12	0	24	0	0	5	41
13	1981474	3	0	12	0	50	0	0	5	70
14	890493	10	0	80	0	50	0	20	10	170
15	890508	5	0	36	0	100	24	20	10	195
16	890518	10	0	12	0	600	24	20	50	716
17	890528	50	0	12	0	24	0	0	50	136
18	890538	30	0	360	0	24	0	0	20	434
19	890548	2	0	12	0	400	0	20	20	454
20	1980197	1	0	12	0	40	0	0	5	58
21	890588	0	0	60	0	24	0	0	10	94
22	890598	0	0	36	0	24	0	0	10	70
23	1981484	0	0	12	0	80	0	0	5	97
24	1981494	0	0	0	0	30	0	0	5	35
25	890622	5	0	864	100	800	12	20	20	1.821
26	1978226	10	0	0	0	50	0	0	5	65
27	1978236	10	0	0	0	50	0	0	5	65
28	890642	0	0	10	0	24	0	0	5	39



29	890682	0	0	12	0	800	10	0	30	<b>852</b>
30	1981509	0	0	0	0	50	0	0	5	<b>55</b>
31	1981519	10	0	0	15	200	0	0	5	<b>230</b>
32	1980200	0	0	12	0	30	0	0	5	<b>47</b>
33	1980210	0	0	12	5	30	0	0	5	<b>52</b>
34	1978246	10	10	12	0	30	0	0	5	<b>67</b>
35	1978256	10	10	12	0	30	0	0	5	<b>67</b>
36	890870	60	0	180	20	30	0	20	20	<b>330</b>
37	1981623	2	0	12	7	100	0	0	5	<b>126</b>
38	890906	0	0	12	0	24	0	0	5	<b>41</b>
39	890936	0	0	0	0	24	0	0	300	<b>324</b>
40	890946	0	0	240	0	160	10	0	10	<b>420</b>
41	890976	0	0	87	10	160	0	0	10	<b>267</b>
42	893046	5	10	12	0	100	0	0	10	<b>137</b>
43	893056	0	10	12	0	24	0	0	10	<b>56</b>
44	1981633	10	10	12	40	150	0	0	30	<b>252</b>
45	893100	4	10	276	5	300	0	0	10	<b>605</b>
46	893120	0	0	82	100	24	0	0	5	<b>211</b>
47	893130	0	0	12	0	24	0	0	5	<b>41</b>
48	1978266	10	0	12	30	100	0	0	25	<b>177</b>
49	1981529	30	50	12	10	100	0	0	25	<b>227</b>
50	893160	3	70	36	0	30	0	0	5	<b>144</b>
51	1981539	2	0	12	0	50	0	0	10	<b>74</b>
52	1981549	2	0	12	0	50	0	0	10	<b>74</b>
53	1981559	4	0	12	0	50	0	0	10	<b>76</b>
54	1981569	40	0	12	90	40	0	0	50	<b>232</b>
55	1981579	5	0	12	0	30	0	0	15	<b>62</b>
56	1978276	0	0	0	5	50	0	0	5	<b>60</b>
57	1978286	0	0	0	0	30	0	0	15	<b>45</b>
58	893255	2	0	5	30	120	5	0	10	<b>172</b>
59	893265	5	0	0	0	24	0	0	5	<b>34</b>
60	893275	0	0	0	0	24	0	0	5	<b>29</b>



61	1981589	0	0	12	0	50	0	0	5	67
62	8933010	0	0	12	0	30	5	0	5	52
63	8933410	3	0	39	5	24	6	0	5	82
64	8933510	30	0	240	100	200	6	0	5	581
65	8933610	5	0	72	0	120	7	0	50	254
66	8933710	10	0	12	0	120	2	0	5	149
67	8933810	5	0	12	0	24	2	0	5	48
68	8933910	0	0	48	0	500	2	0	20	570
69	708192	0	0	30	0	300	0	20	0	350
70	898640	10	0	12	300	100	5	0	5	432
71	898660	5	0	12	0	24	0	0	5	46
72	898690	0	0	29	0	100	0	0	5	134
73	898756	5	20	48	0	30	10	0	10	123
74	898766	0	0	0	0	24	0	0	5	29
75	898786	0	0	12	0	120	0	0	5	137
76	898850	0	50	480	0	24	0	0	0	554
77	1978296	5	50	12	55	40	0	0	50	212
78	898870	50	500	291	0	120	20	0	50	1.031
79	1981599	0	0	12	0	40	0	0	5	57
80	898915	0	0	12	0	24	0	0	5	41
81	898955	5	0	12	0	180	0	0	5	202
82	898965	0	0	12	0	24	0	0	5	41
83	899028	5	0	12	20	100	0	0	10	147
84	899058	5	0	12	50	120	5	0	10	202
85	1981603	0	0	12	0	40	0	0	5	57
86	899330	0	0	0	20	100	0	0	100	220
87	899360	0	0	30	0	30	0	0	10	70
88	899456	0	0	12	5	100	0	0	30	147
89	899486	0	0	12	10	280	5	0	30	337
90	899500	0	0	10	0	30	0	0	5	45
91	1981613	0	0	0	10	30	0	0	10	50
92	1981822	0	0	0	0	30	0	0	0	30



93	899675	20	0	12	0	250	10	0	150	<b>442</b>
94	899695	0	0	15	0	24	0	0	5	<b>44</b>
95	8997110	30	0	12	0	24	0	0	5	<b>71</b>
96	8997310	30	0	12	0	240	0	0	5	<b>287</b>
97	8997410	0	20	12	0	30	6	0	5	<b>73</b>
98	1981832	0	0	0	0	30	0	0	5	<b>35</b>
99	8997710	150	230	12	0	100	2	0	10	<b>504</b>
100	1981842	8	0	0	25	100	0	0	15	<b>148</b>
101	1981852	0	0	12	20	60	0	0	20	<b>112</b>
102	899844	0	0	36	5	300	10	0	50	<b>401</b>
103	899884	10	200	0	0	24	0	0	5	<b>239</b>
104	1981862	0	0	12	0	40	0	0	15	<b>67</b>
105	9000010	0	0	12	0	24	0	0	5	<b>41</b>
106	9000210	0	30	24	0	24	0	0	5	<b>83</b>
107	9000310	0	49	20	0	24	0	0	5	<b>98</b>
108	9000610	0	0	12	0	100	0	0	10	<b>122</b>
109	1981872	0	0	0	5	0	0	0	5	<b>10</b>
110	900104	2	0	12	0	100	5	0	10	<b>129</b>
111	900114	0	0	12	0	24	0	0	5	<b>41</b>
112	1981882	4	0	12	0	40	0	0	10	<b>66</b>
113	1981892	0	0	12	0	50	0	0	10	<b>72</b>
114	1981907	0	0	12	0	60	0	0	15	<b>87</b>
115	900229	0	0	50	0	24	0	0	5	<b>79</b>
116	899874	0	0	60	0	24	0	0	0	<b>84</b>
117	899854	0	0	220	0	100	0	0	5	<b>325</b>
118	896435	30	20	6	0	24	0	0	5	<b>85</b>
119	8997010	0	20	12	0	24	0	0	5	<b>61</b>
120	899685	0	0	15	0	50	0	0	5	<b>70</b>
121	899605	0	0	180	0	180	0	0	5	<b>365</b>
122	899590	0	0	0	0	24	0	0	5	<b>29</b>
123	899580	0	0	63	0	100	5	0	5	<b>173</b>
124	899570	0	0	18	0	24	0	0	5	<b>47</b>



125	899530	10	0	12	0	160	0	0	50	<b>232</b>
126	899496	0	0	1.013	0	250	0	0	30	<b>1.293</b>
127	899416	20	0	27	30	24	10	0	15	<b>126</b>
128	899406	0	0	48	0	24	0	0	5	<b>77</b>
129	899102	0	0	20	0	24	0	0	5	<b>49</b>
130	1981917	5	0	0	20	40	0	0	15	<b>80</b>
131	1981927	2	0	12	12	40	0	0	10	<b>76</b>
132	899018	0	0	36	0	120	0	0	10	<b>166</b>
133	898985	28	0	36	0	30	5	0	10	<b>109</b>
134	898945	10	0	154	0	120	5	0	5	<b>294</b>
135	2020973	0	0	0	0	30	0	0	0	<b>30</b>
136	898880	10	0	456	200	500	10	0	100	<b>1.276</b>
137	2020983	0	0	0	0	30	0	0	20	<b>50</b>
138	898064	20	0	370	5	230	10	0	10	<b>645</b>
139	1981937	0	0	12	0	60	0	0	5	<b>77</b>
140	1981947	0	0	12	5	60	0	0	5	<b>82</b>
141	1981957	0	0	12	0	40	0	0	10	<b>62</b>
142	1981967	0	0	12	30	200	0	0	30	<b>272</b>
143	2020993	250	0	0	0	60	0	0	5	<b>315</b>
144	897970	0	0	18	0	30	0	0	100	<b>148</b>
145	897960	0	0	646	0	50	0	0	100	<b>796</b>
146	897950	5	0	12	0	20	0	0	50	<b>87</b>
147	897910	0	0	0	0	60	0	0	10	<b>70</b>
148	897900	10	0	92	0	30	0	0	5	<b>137</b>
149	897887	0	0	0	0	24	0	0	50	<b>74</b>
150	897857	5	0	240	0	20	0	0	5	<b>270</b>
151	897837	3	0	418	0	600	15	0	300	<b>1.336</b>
152	1403677	70	0	66	5	280	0	0	50	<b>471</b>
153	897732	100	0	72	0	80	0	0	10	<b>262</b>
154	896988	50	0	18	0	50	0	0	0	<b>118</b>
155	896873	20	0	12	0	100	0	0	0	<b>132</b>
156	896853	2	0	0	0	20	0	0	0	<b>22</b>



157	896833	0	0	5	0	20	0	0	5	30
158	896799	0	0	12	0	20	0	0	5	37
159	896789	100	0	12	0	200	0	0	50	362
160	896779	50	0	1.680	0	800	0	0	10	2.540
161	896769	100	0	540	0	200	0	0	10	850
162	896739	50	50	12	0	100	0	0	5	217
163	896729	10	0	12	0	30	0	0	5	57
164	896759	100	0	12	0	65	0	0	10	187
165	896749	0	0	48	0	65	0	0	5	118
166	1978425	30	0	12	40	100	0	0	10	192
167	1978435	30	0	12	40	100	0	0	10	192
168	8965810	20	0	2.400	0	60	0	0	50	2.530
169	8965710	30	50	1.440	10	100	0	0	5	1.635
170	1978445	10	0	12	15	100	0	0	5	142
171	1978455	10	0	12	15	100	0	0	5	142
172	8965510	10	50	12	0	100	0	0	5	177
173	8965410	20	0	12	0	160	0	0	5	197
174	8965010	20	50	36	10	100	0	0	10	226
175	896495	30	50	18	100	60	0	0	5	263
176	896485	30	50	18	100	100	0	0	5	303
177	896475	30	200	12	0	26	0	0	5	273
178	896465	10	0	12	0	26	0	0	5	53
179	896445	60	50	312	100	100	0	0	5	627
180	896425	0	0	12	0	20	0	0	5	37
181	896415	10	0	12	0	26	0	0	5	53
182	896405	35	0	24	0	80	0	0	10	149
183	890433	3	20	30	0	20	0	20	5	98
184	891457	0	0	72	0	200	5	20	10	307
185	2021006	0	0	12	0	40	0	0	10	62
186	891500	5	20	87	0	20	10	0	5	147
187	891560	8	20	0	0	30	0	20	5	83
188	1978465	10	0	12	0	100	0	0	15	137



189	1978300	10	0	12	0	100	0	0	15	137
190	1978310	10	0	12	0	100	0	0	15	137
191	891636	8	0	60	0	250	10	0	10	338
192	891686	50	0	2.304	0	40	0	0	0	2.394
193	891696	0	0	15	0	30	5	0	20	70
194	891720	8	0	60	0	20	0	0	20	108
195	891730	0	0	27	0	25	0	0	5	57
196	891740	8	0	36	0	30	0	0	5	79
197	891760	0	0	24	0	30	0	0	5	59
198	891805	10	0	30	0	100	0	0	10	150
199	891815	0	0	36	0	50	0	0	10	96
200	891825	0	0	34	0	230	5	0	10	279
201	891855	0	0	24	0	80	5	0	5	114
202	891865	0	0	22	0	30	0	0	10	62
203	891875	0	0	348	0	30	0	0	5	383
204	891885	0	0	348	0	50	0	0	5	403
205	8919010	0	0	12	0	100	5	0	5	122
206	8919410	0	0	12	0	100	0	0	10	122
207	8919510	3	0	12	0	100	10	0	5	130
208	8919610	0	0	12	0	50	10	0	20	92
209	8919710	0	0	12	0	50	10	0	20	92
210	892052	10	0	293	0	25	0	0	5	333
211	892062	0	0	24	0	25	0	0	5	54
212	1978475	10	0	12	15	60	0	0	5	102
213	1978485	10	0	12	15	60	0	0	5	102
214	892107	40	0	15	0	30	0	0	5	90
215	892117	10	0	120	0	30	0	0	5	165
216	892127	0	600	390	0	30	0	0	5	1.025
217	892137	0	0	336	0	60	0	0	5	401
218	892147	0	50	36	0	25	0	0	5	116
219	892157	5	0	12	0	30	0	0	5	52
220	892177	0	0	120	0	30	5	0	5	160



221	1978495	10	0	12	15	80	0	0	5	122
222	19785010	10	0	12	15	60	0	0	5	102
223	892210	0	100	12	0	30	0	0	5	147
224	892220	30	0	12	20	50	0	0	0	112
225	892240	30	400	87	0	30	5	0	5	557
226	19785110	0	0	12	5	50	0	0	5	72
227	19785210	0	0	12	5	50	0	0	5	72
228	19785310	40	0	12	50	100	0	0	10	212
229	19785410	40	0	12	50	100	0	0	10	212
230	1400362	0	0	0	0	500	0	0	5	505
231	1400372	0	0	0	0	500	0	0	5	505
232	18678410	0	0	12	0	120	2	0	5	139
233	1868047	0	0	168	0	120	5	0	5	298
234	18678510	0	0	0	0	120	0	0	5	125
235	18678610	0	0	0	0	120	0	0	30	150
236	18678710	0	0	0	0	120	0	0	30	150
237	18678810	0	0	12	0	120	0	0	5	137
238	18678910	0	0	0	0	120	0	0	5	125
239	1868077	0	0	0	0	120	0	0	5	125
240	1868246	0	0	0	0	120	0	0	5	125
241	1868256	0	0	0	0	120	0	0	5	125
242	1868097	0	0	0	0	120	0	0	5	125
243	1868100	0	0	0	0	120	0	0	5	125
244	1867904	0	0	0	0	120	0	0	5	125
245	1868110	0	0	0	0	120	0	0	5	125
246	1867914	0	0	0	0	120	0	0	5	125
247	1250712	0	0	0	0	120	0	0	5	125
248	1250752	0	0	0	0	120	0	0	5	125
249	1867924	0	0	0	0	120	0	0	5	125



250	1867934	0	0	0	0	120	0	0	5	125
251	1867944	0	0	0	0	120	0	0	5	125
252	1868266	0	0	0	0	120	0	0	5	125
253	1867954	0	0	0	0	120	0	0	5	125
254	1867964	0	0	0	0	120	0	0	5	125
255	1868276	0	0	0	0	120	0	0	5	125
256	1868286	0	0	12	0	120	0	0	50	182
257	1868296	0	0	0	0	120	0	0	50	170
GRUPO 02										
ITEM	CÓD.SRP	HSJ	LACEN	HIAS	HEMOCE	HGF	HCAS	HGPMJMA	HGCC	QTD. TOTAL
258	890777	0	0	10	0	24	5	0	5	44
259	893036	0	0	0	0	24	0	0	5	29
260	8933110	0	0	0	0	24	0	0	5	29
261	899909	0	0	0	0	24	0	0	5	29
262	9000510	10	0	20	0	24	0	0	5	59
263	900124	2	0	3	0	24	0	0	5	34
264	900194	0	0	10	0	24	0	0	5	39
265	899350	0	0	12	0	30	0	0	5	47
266	896719	0	0	0	0	20	0	0	5	25
267	896709	0	0	0	0	20	0	0	5	25
268	8965310	0	0	12	0	200	0	0	5	217
269	891467	0	0	8	0	50	0	0	5	63
270	891497	0	0	0	0	50	0	0	5	55
271	19785510	0	0	12	10	80	0	0	10	112
272	2021016	0	0	12	0	80	0	0	10	102
273	891616	20	0	12	0	20	10	20	10	92
274	891790	0	0	12	0	30	0	0	10	52
275	891895	10	0	44	0	30	5	0	5	94
276	892012	10	0	24	0	50	0	0	5	89



277	892022	5	0	12	0	25	0	0	5	47
278	892072	10	0	80	0	20	0	0	10	120
279	892167	0	0	0	0	30	0	0	0	30
280	892200	0	0	18	0	100	0	0	0	118
281	892250	0	100	12	0	30	0	0	5	147
282	1868057	0	0	12	0	120	0	0	5	137
GRUPO 03										
ITEM	COD.SRP	HSJ	LACEN	HIAS	HEMOCE	HGF	HCAS	HGPMJMA	HGCC	QTD. TOTAL
283	893076	0	0	0	0	24	0	0	5	29
284	899390	5	0	30	0	24	0	0	5	64
285	893140	0	0	12	0	24	0	0	0	36
286	898796	0	0	12	0	24	0	0	5	41
287	2021026	0	0	0	30	30	0	0	10	70
288	1868087	0	0	0	0	120	0	0	5	125

## ANEXO II – CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico nº 20260404 – SESA/COEXE

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus Anexos.

### 1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

### 2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, contados da data de sua emissão

### 3. Formação do Preço

GRUPO/ITEM _____					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$					
Valor por extenso (_____)					

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal  
(Nome e cargo)

### **ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/20\_\_

Pregão Eletrônico nº 20260404 – SESA/COEXE

Processo nº **24001.003096/2024-00**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 20\_\_, na sede da \_\_\_\_\_, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº 20260404 – SESA/COEXE do respectivo resultado homologado, publicado no Diário Oficial do Estado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_, às fls \_\_\_\_\_, do processo nº 24001.003096/2024-00, que vai assinada pelo titular do(a) \_\_\_\_\_, gestor(a) do Registro de Preços, pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

#### **1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços, visando futuros e eventuais serviços de Laboratório, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico nº 20260404 – SESA/COEXE que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos detentores de preços registrados classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº **24001.003096/2024-00**.

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições.

#### **2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

2.1. O presente instrumento fundamenta-se:

I – No Pregão Eletrônico nº 20260404 – SESA/COEXE

II – Nos termos do Decreto Estadual nº 35.323, de 24/02/2023, publicado D.O.E de 28/02/2023 e suas alterações.

III – Na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **3. DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA E DOS PARTICIPANTES**

3.1. Compete ao órgão ou entidade gerenciadora desta Ata, o controle e a administração do sistema de registro de preços, em especial o contido no art. 17 do Decreto nº 35.323/2023.

3.2. O órgão ou entidade gerenciadora desta Ata será Secretaria da Saúde.

3.3. Os órgãos e entidades participantes desta ata de registro de preços poderão realizar contratações decorrentes de remanejamento de quantitativos ou valores cedidos por outros participantes, mediante autorização por meio de ferramenta informatizada, disponibilizada pela Seplag, desde que limitadas ao objeto licitado.

3.4. Aos órgãos e entidades participantes, competem observar o contido no art. 18 do mesmo decreto de que trata o subitem 3.1 acima.

#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência desta ata, os órgãos ou entidades do Poder Executivo estadual participantes desta ou na condição de interessados, poderão realizar contratações decorrentes de remanejamento de quantitativo ou valores cedidos por outros participantes, mediante autorização prévia do órgão ou entidade gerenciadora, dispensada a elaboração do ETP.

4.1.1. Caso o remanejamento seja para execução de serviço em município diferente do estabelecido no edital, caberá ao beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela fixadas, optar pela aceitação ou não do remanejamento dos itens.

4.1.2. Os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual e de outros entes federativos, não participantes desta ata de registro de preços, poderão realizar contratações decorrentes desta, na condição de interessados sem remanejamento, mediante autorização prévia do órgão ou entidade gerenciadora e do detentor do preço registrado.

4.1.2.1. A faculdade conferida de que trata este subitem estará limitada a órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que, na condição de não participantes, desejarem aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo estadual.

4.1.3. A adesão a ata observará os seguintes requisitos:

I – Apresentação de justificativa da vantagem da adesão;

II – Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e

III – Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do detentor do preço registrado.

4.1.3.1. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão do detentor do preço registrado.

4.1.3.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.1.3.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) do total dos quantitativos dos itens registrados para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.1.3.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o subitem anterior não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.1.4. O órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, contados a partir da autorização do órgão ou entidade gerenciadora, observado o prazo de vigência da ata.

## **5. DA VALIDADE DA ATA, DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E DO CADASTRO RESERVA**

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, conforme art. 15 do Decreto Estadual nº 35.323/2023, alterado pelo art. 2º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições, quantidades e valores.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou valores fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. O prazo de vigência do contrato decorrente desta ata de registro de preços encontra-se definido no Termo de Referência, admitindo-se a prorrogação na forma da Lei, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

5.3.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de vigência desta ata e passará a ter eficácia com a sua publicação no Diário Oficial do Estado.

5.3.2. Na formalização do contrato ou do instrumento equivalente deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. Os contratos decorrentes desta ata de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no § 4º do art. 15 do Decreto nº 35.323/2023.

5.5. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas no edital e na Lei nº 14.133/2021.

5.5.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.5.2. A ata de registro de preços poderá ser assinada por certificação digital.

5.5.3. Serão observadas ainda as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

I – Será incluído na ata, na forma do Anexo único, o registro dos licitantes que:

a) Aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação, que comporão o cadastro de reserva; e

b) Mantiverem sua proposta original.

II – Será obedecida nas contratações a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

a) O registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

b) Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6. A convocação dos licitantes do cadastro de reserva ocorrerá quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital, ou na hipótese do cancelamento do preço registrado na forma do art. 25 do Decreto nº 35.323/2023.

5.6.1. A habilitação dos licitantes do cadastro reserva somente será realizada quando caracterizada a necessidade da contratação.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no Diário Oficial do Estado e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Na hipótese da inexistência do cadastro de reserva, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I – Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II – Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso do detentor do preço para a contratação, nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a demanda pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS, DA NEGOCIAÇÃO, DA SUBSTITUIÇÃO DA MARCA OU MODELO E DA ALTERAÇÃO DE DADOS CONSTITUTIVOS DO DETENTOR DE PREÇOS.**

6.1. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata, exceto em decorrência das disposições contidas no art. 23 do Decreto nº 35.323/2023.

6.1.1. Os preços registrados são os preços unitários ofertados nas propostas dos detentores de preços, os quais estão relacionados no Anexo único desta ata e servirão de base para futuras contratações, observadas as condições de mercado.

6.1.2. Os preços registrados poderão ainda ser alterados ou atualizados em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.3. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o detentor do preço registrado será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas. Nesta hipótese, o gerenciador convocará os detentores de preços do cadastro de reserva ou, se não houver, os remanescentes que atenderem os termos do disposto nos §§ 3º, 5º e 6º do art. 12 do Decreto nº 35.323/2023, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.3.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento dos itens registrados, ou se for o caso, da Ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.4. Caso haja alteração do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o fato aos órgãos ou entidades participantes.

6.4.1. A alteração do preço registrado não altera automaticamente o preço do contrato decorrente da ata de registro de preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão ou entidade contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre o contrato.

6.5. O detentor do registro de preços poderá solicitar ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração da razão social ou outro dado constitutivo, mediante apresentação de termo aditivo ao documento de constituição da empresa.

6.5.1. No caso de deferimento às solicitações, o órgão ou entidade gerenciadora fará a alteração na ata e comunicará aos órgãos ou entidades participantes para alteração do contrato.

## **7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro de preços será cancelado nas hipóteses previstas no art. 25 do Decreto nº 35.323/2023.

7.2. O cancelamento de preço registrado, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, e sua comunicação será feita por escrito, juntando-se a cópia nos autos que deram origem ao registro de preços.

7.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do detentor do preço registrado, a comunicação será feita mediante publicação no Diário Oficial do Estado (DOE), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da data da publicação.

7.4. Antes de cancelar o item ou revogar a ata, o órgão ou entidade gerenciadora deverá tomar providências no sentido de que não haja descontinuidade na prestação dos serviços.

7.5. Não sendo conveniente realizar novo processo de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora deverá apresentar aos órgãos ou entidades participantes as justificativas que motivaram a não realização do mesmo e orientar sobre as ações para o novo processo de contratação.

## **8. DAS PENALIDADES**

8.1. Compete ao órgão ou entidade gerenciadora aplicar, garantidos a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou nas obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, conforme disposto no art. 17, IV do Decreto nº 35.323/2023, alterado pelo art. 2º do Decreto nº 36.863/2025.

8.2. As sanções previstas no subitem anterior, serão aplicadas ao adjudicatário que injustificadamente se recusar assinar a ata de registro de preços, caracterizando-se o descumprimento total das obrigações assumidas. Aplica-se as mesmas sanções, aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços e os remanescentes com preços registrados.

8.3. O detentor de preço registrado recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), ou se for o caso, por meio de depósito bancário podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome da contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. As condições gerais da contratação, tais como o prazo para entrega e recebimento do objeto, obrigações do contratante e contratado, condições de pagamento, penalidades e demais condições do contrato, encontram-se definidas no Termo de Referência e Minuta do Contrato.



9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade, conforme §6º do art. 20 do Decreto nº 35.323/2023.

9.3. As dúvidas e esclarecimentos decorrentes desta Ata, deverão ser encaminhadas ao órgão ou a entidade gerenciadora através do e-mail [ataderegistrodepreco@saude.ce.gov.br](mailto:ataderegistrodepreco@saude.ce.gov.br) ou mediante contato no seguinte telefone **(85) 2018-2826**.

## 10. DO FORO

Fica eleito o foro do município da contratante, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Signatários:

Órgão ou Entidade Gerenciadora da Ata.	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura

Detentores Adjudicatários do Reg. de Preços	Nome do Representante	Cargo	CPF	RG	Assinatura

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em \_\_\_\_ (\_\_\_\_) (*preencher com o número de vias*) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos órgãos e entidades participantes, se houver.

Fortaleza/CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

### ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/20\_\_ – MAPA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o órgão ou entidade gerenciadora da ata e os prestadores de serviço, cujos preços estão a seguir registrados por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº 20260404 – SESA/COEXE, *seguido da relação do órgãos e entidades participantes.*

Constam ainda registrados os preços dos prestadores de serviço que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário e os que mantiveram sua proposta original:

Relação dos prestadores de serviço adjudicatários.

Item	Cód Item	Especificação do Item (se for o caso, incluir prazo de garantia)	Fornecedores	Unid	Quant. Máx	Quant. Min.	Preço Registrado

Relação dos Órgãos e Entidades Participantes da Ata.

Seq	Órgão/Entidade	ENDEREÇO
1		
2		

Relação de prestadores de serviço, segundo a ordem de classificação, que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário(Cadastro Reserva).

Item	Cód Item	Especificação do Item (se for o caso, incluir prazo de garantia)	Fornecedores	Unid	Quant. Máx	Quant. Min.	Preço Registrado

Relação de prestadores de serviço, segundo a ordem de classificação, que mantiveram sua proposta original (Remanescentes):

Item	Cód Item	Especificação do Item (se for o caso, incluir prazo de garantia)	Fornecedores	Unid	Quant. Máx	Quant. Min.	Preço Registrado

#### ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº \_\_\_\_ / 20\_\_ –

Processo nº **24001.003096/2024-00**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM

(O)A \_\_\_\_\_ E (O) A  
\_\_\_\_\_, ABAIXO QUALIFICADOS,  
PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O(A) \_\_\_\_\_, situada(o) na \_\_\_\_\_, inscrita(o) no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo \_\_\_\_\_, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada(o) em (Município – UF), na \_\_\_\_\_, e a \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Fone: \_\_\_\_\_, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo \_\_\_\_\_, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na \_\_\_\_\_, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Pregão Eletrônico nº 20260404 – SESA/COEXE, e seus Anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 20260404 – SESA/COEXE, o Termo de Referência, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a prestação dos Serviços de Laboratório, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 01 (um) ano(s), contado do(a) contado da data da publicação no Diário Oficial do Estado – DOE prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da Lei nº 14.133/2021.

O prazo de vigência do contrato é de 01(UM) ano, contado da data da publicação no Diário Oficial do Estado – DOE, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

4.1.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é enquadrado como continuado tendo em vista que possui características como essencialidade, execução de forma contínua, de longa duração e possibilidade de que o fracionamento em períodos venha a prejudicar a execução do serviço. Entretanto, a lei exige “preços e condições mais vantajosas”. Assim, antes da prorrogação do contrato, deverá ser realizada

pesquisa de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a Administração.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

5.1. O regime de execução indireta se dará por *empreitada por preço unitário*

5.2. Os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

5.3. Os riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE e CONTRATADO se encontram descritos no subitem 2.2 do Termo de Referência, da Matriz de Risco.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual nos termos estabelecidos no subitem 6.1 do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO**

7.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO**

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, se encontram definidos no Termo de Referência, anexo a este instrumento de contrato.

#### **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, a data da pesquisa constante no Mapa Comparativo de Preços, datado de 02/02/2026.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.2.1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

9.2.1.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão lógica do direito.

9.2.1.2. Também ocorrerá a preclusão lógica do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO**

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

11.7. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.7.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.7.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.7.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança, utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.8.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.9. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.10. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.11. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.12. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.12.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.14. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

### **13.2.4. Multa:**

13.2.4.1. Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**.

13.2.4.2. Moratória de **0,7% (sete décimos por cento)** por dia de atraso justificado e não aceito pelo Contratante ou injustificado superior a **30 (trinta) dias**, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o limite do percentual fixado em **20%**.

13.2.4.3. O atraso superior a **60 (sessenta) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.4.4. Compensatória de **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158

da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral(CRC) do Estado do Ceará.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

13.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, e.

II – Quando mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Na hipótese do inciso II, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VIII, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada, conforme o caso:

15.1.1. Gestão/Unidade: \_\_\_\_\_;

15.1.2. Fonte de Recursos: \_\_\_\_\_;

15.1.3. Programa de Trabalho: \_\_\_\_\_;

15.1.4. Elemento de Despesa: \_\_\_\_\_;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

16.2.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.4. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

17.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

17.2. A execução contratual será acompanhada pelo(a) Gestor(a) do Contrato \_\_\_\_\_ (nome completo), CPF \_\_\_\_\_, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

17.3. A execução contratual será fiscalizada pelo(a) Fiscal(a) do Contrato \_\_\_\_\_ (nome completo), CPF \_\_\_\_\_, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

19.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Inter-

net, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

20.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)  
CONTRATANTE

(nome do representante)  
CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)  
RG:  
CPF:

(nome da testemunha 2)  
RG:  
CPF:

Visto:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)